

# GAZETA MERCANTIL

Sábado, 24, e segunda-feira, 26 de janeiro de 1987

*Leon - Brasil*

## Um clima de indefinição que não pode mais persistir

O governo tem demonstrado um excepcional empenho em dialogar com empresários e trabalhadores para o acerto de uma trégua como forma de conter o crescimento da inflação e possibilitar um reordenamento da economia. Mas está claro, a esta altura, que, à falta de um entendimento em prazo razoável, as autoridades não podem admitir que persista o clima atual de indefinição. Medidas têm de ser tomadas com urgência para dar aos agentes econômicos uma perspectiva quanto à evolução da economia nos próximos meses.

Mesmo não se chegando a assegurar um consenso quanto às principais questões relacionadas ao realinhamento de preços e salários, isso não significa que as conversações realizadas nas últimas duas semanas possam ser tidas como inúteis. Os contatos mantidos facilitam identificar melhor as posições dos participantes, fornecendo uma orientação para o governo na formulação do novo desdobramento do Plano Cruzado. A idéia de um pacto social, de que a trégua seria a preli-

minar, não será, de qualquer forma, afastada, podendo ser retomada dentro de um outro quadro.

O essencial é que o governo aproveite este momento especialmente propício para uma ação mais decisiva, tendo em vista o êxito internacionalmente reconhecido das negociações com o Clube de Paris. Depois desse acordo, são os próprios bancos internacionais que tomam a iniciativa de procurar entendimentos com o governo brasileiro com vistas à renegociação do grosso da dívida externa. Há muito ainda a discutir em termos de prazos, juros, "spreads" e da questão crucial relativa à obtenção de dinheiro novo. Mas com a possibilidade de financiar as importações, contando com créditos das instituições oficiais dos países industrializados, e com a suspensão no primeiro trimestre dos pagamentos devidos a credores privados, enquanto se espera a conclusão de um novo acordo com estes, não há crise cambial à vista. O que quer dizer que os técnicos do governo podem trabalhar com a perspectiva de um crescimento de 5 a 6%

do PIB neste ano, meta que não seria tolhida por pressões externas.

Assim sendo, é hora de arrumar a casa. O governo não pode assistir passivamente a problemas críticos de abastecimento que surgem em certas áreas, como resultado de estocagem especulativa e de interrupções do trabalho, atribuídas à ausência de definições do governo quanto a preços, salários e juros. Isso não só agrava a situação interna, fornecendo combustível para a inflação, como também interfere com as exportações.

As vendas externas, tradicionalmente fracas em janeiro, poderão sê-lo ainda mais no primeiro mês deste ano, justamente quando se anuncia um superávit de US\$ 9,5 bilhões na balança comercial, o menor saldo registrado no último triênio. Isso pode vir a lançar dúvidas sobre a capacidade do País de conseguir manter relativamente estável a posição da conta de comércio.

Embora o governo reconheça que o crescimento econômico vai exigir maior volume de importa-

ções e que empresas de certos setores devem reduzir as suas exportações para atender ao mercado interno, continua ainda sendo essencial que se conserve o "élan" exportador e que se produza um saldo comercial entre US\$ 9,5 bilhões e US\$ 10,5 bilhões (a meta especificada pelo ministro Dilson Funaro é de US\$ 10,4 bilhões).

Se os números relativos aos primeiros meses de 1987 indicarem que esse objetivo está em perigo, o governo poderá recorrer a medidas para deter as importações. E isso acabará interferindo com o crescimento econômico.

Por todos esses motivos, as autoridades devem agir sem mais demora, evitando que se prolongue o impasse. Seria preferível, evidentemente, que as medidas a serem tomadas contassem com o respaldo das entidades representativas dos trabalhadores e dos empresários. Mas não sendo possível o acerto desejado, o governo não tem outra alternativa senão arbitrar uma solução que permita superar os obstáculos de curto e médio prazo.